



Matrizes Clássicas da Literatura Portuguesa:

uma (re)visão da literatura portuguesa
das origens à contemporaneidade

coordenação científica:
Paula Morão e Cristina Pimentel

Matrizes Clássicas da Literatura Portuguesa:

uma (re)visão da literatura portuguesa
das origens à contemporaneidade

**coordenação
científica:**

Paula Morão
e Cristina Pimentel

Matrizes Clássicas da Literatura Portuguesa:

uma (re)visão da literatura portuguesa
das origens à contemporaneidade

Matrizes Clássicas da Literatura Portuguesa:

uma (re)visão da literatura portuguesa
das origens à contemporaneidade

coordenação científica:

Paula Morão e Cristina Pimentel

coordenação de edição: Horácio Carvalho Guerra

revisão: Ricardo Nobre e Rui Carlos Fonseca

direcção gráfica: Rui A. Pereira

ilustração da capa: Paulo Jorge Pereira

paginação: Manuel Rocha

coleção: documentos

impressão: MULTITIPO – Artes Gráficas Lda

primeira edição: Lisboa, Dezembro 2014

ISBN: 978-989-8465-24-5

depósito legal: 401 561/15

todos os direitos reservados

© **Campo da Comunicação, 2014**

Av. de Berna, 11, 3.º

1050-036 Lisboa

tel.: 21 761 32 10

fax: 21 761 32 19

e-mail: c.comunicacao@netcabo.pt

facebook: Editora Campo da Comunicação

Todos os textos recolhidos neste volume
foram submetidos a arbitragem científica

Índice

Paula Morão Cristina Pimentel, Prefácio	9
Maria Helena da Rocha Pereira, Em volta do “milagre grego”	11
Rafael J. Gallé Cejudo, Reminiscencias literarias clásicas en la lírica profana medieval galaico-portuguesa	23
Ana Paula Pinto, Ecos Míticos em Gil Vicente	35
Ana Lóio, Leitores portugueses de Estácio: um incunábulo na BN (INC 478)	55
Elisa Nunes Esteves, Os clássicos na obra de Anrique da Mota	65
Maria Luísa de Oliveira Resende, Samuel Usque e a Herança Clássica	75
Ana María S. Tarrío, O Poeta e a Loucura: dois poetas manuelinos sob o signo de Saturno	85
Gonçalo Cordeiro, Poesia com mundo: O escudo de Aquiles na <i>Iliada</i> e a <i>machina mundi</i> em <i>Os Lusíadas</i>	99
Pamina Fernández Camacho, Ecos de la Atlántida en la Isla de los Amores de Camões: Un motivo nacionalista del Renacimiento	109
Luís M.G. Cerqueira, Anchieta e Camões, épica latina e vernácula no séc. XVI.	117
Rita Marnoto, Sobre o lirismo português do século XVI e a retórica	129
Silvina Pereira, <i>Davo sou e nam Edipo</i> – A biblioteca teatral de Jorge Ferreira de Vasconcelos	141
Madalena Brito, A tradição aristotélico-tomista da escravatura nos escritos de Manuel da Nóbrega	157
Bartolomé Pozuelo Calero, Transmutando la historia contemporánea en epopeya virgiliana: <i>La Felicísima victoria</i> de Jerónimo de Corte Real	169
Juan Carlos Jiménez del Castillo, <i>La Felicísima Victoria</i> de Jerónimo de Corte Real y la <i>Austriaca siue Naumachia</i> de Francisco de Pedrosa: dos cantos épicos al reinado de Felipe II	179
Rui Carlos Fonseca, Da queda de Tróia à fundação de Lisboa ou de como Gabriel Pereira de Castro espera “cantar de Ulisses, imitando a Homero”	187

Helena Costa Toipa, Presença de Ovídio na poesia de António Dinis da Cruz e Silva	201
Sérgio Nazar David, Garrett e os livros: a presença dos clássicos na Biblioteca do Conservatório Real de Lisboa	213
Ofélia Paiva Monteiro, Da <i>História Filosófica do Teatro Português</i> à <i>Memória ao Conservatório</i> sobre <i>Frei Luís de Sousa</i> : a fecundidade do húmus clássico em Garrett	225
Francisco García Jurado, Eça de Queiroz y Alma-Tadema: las rosas de Heliogábalo	247
Serafina Martins, Ulisses, um herói no seu tempo – Sobre “A Perfeição”, de Eça de Queirós	257
João Pedro Cambado, De Ogéia a Ítaca: Homero e Eça de Queirós contra a satisfação	269
Maria do Céu Estibeira, A visão dos clássicos em Fernando Pessoa	279
Francisco Saraiva Fino, Fernando Pessoa e Juliano Apóstata, ou o Paganismo Reinventado	291
Pedro Braga Falcão, A Prosa de Ricardo Reis: Uma Religiosidade Pagã ou um Culto Fingido?	301
Helena Carvalhão Buescu, Choques Modernos do Pastoril: Cesário em Reis em Saramago	313
Patrícia Soares Martins, Duas Versões de Pastoral: Caeiro e Carlos de Oliveira	327
Marta Várzeas, <i>Em demanda dos lugares sagrados</i> : a Grécia de Ruben A.	337
Rui Sousa, Alguns exemplos de cruzamento e revisitação de mitos na obra de Natália Correia	351
Maria José Ferreira Lopes, <i>Embaixada a Calígula</i> , de Agustina Bessa Luís: uma reflexão sobre o presente à luz dos clássicos	363
Catarina F. Rocha, À espera de Marcelo: Mito e Tragédia em <i>O Irmão</i> de David Mourão-Ferreira	379
Marco André Fernandes da Silva, A presença clássica no contexto dos <i>Poemas mudados para português</i> de Herberto Helder	389
Cláudia Capela Ferreira, Torga clássico: dos mitos ao Kleos poético. “Nada perdura, e quero que me leias, Eternidade!”	397
Ramiro González Delgado, Mito y Literatura Griega en <i>O Corpo de Helena</i> de Paulo José Miranda	409
Mário Garcia, SJ, O labirinto na obra literária de Daniel Faria	419
Ana Isabel Correia Martins, O perfil estoíco do Senhor Calvino n’ <i>O Bairro</i> de Gonçalves M. Tavares	425
Belmiro Fernandes Pereira, <i>O Labirinto de Luanda</i> ou a Utilidade dos Clássicos em <i>Barroco Tropical</i>	439

Federico Bertolazzi, A pequena flauta da sombra. O classicismo de Sophia de Mello Breyner Andresen	455
Fernando J.B. Martinho, O mito do Minotauro em quatro poetas portugueses contemporâneos . . .	477
Cristina Firmino Santos, Elegia e crise – Alguns exemplos da poesia contemporânea	487
Rita Figueira, O Trágico como Possibilidade n' <i>O Estado do Bosque</i> de Tolentino Mendonça	497
José Manuel Ventura, Efabulações mitológicas ovidianas na poesia de Vasco Graça Moura	507
José Cândido de Oliveira Martins, Humor e reescrita paródica da mitologia na poética de Vasco Graça Moura	519
Testemunhos	533
Ana Soares e Bárbara Wong	533
Hélia Correia	539
Ivone Mendes da Silva	541
Jaime Rocha	545
Nuno Júdice	549

Prefácio | Palavras prévias

Paula Morão | Cristina Pimentel

Recolhe-se, neste volume, um conjunto de estudos resultantes da 2.^a edição do Colóquio *A Literatura Clássica ou os Clássicos na Literatura: uma (re)visão da literatura portuguesa das origens à contemporaneidade*, que teve lugar na Faculdade de Letras de Lisboa, em Dezembro de 2013. Damos assim cumprimento ao objectivo que, em 2011, estabelecêramos de, em cadência bienal, realizarmos um encontro científico dedicado ao estudo da pervivência dos clássicos greco-latinos em textos de língua portuguesa, de todas as épocas, e de, no mesmo ritmo bienal, publicarmos os ensaios que, submetidos ao crivo da arbitragem científica, se afigurassem como de referência nos estudos de recepção.

Este segundo volume, mantendo o amplíssimo leque cronológico que vai da lírica galaico-portuguesa à literatura do presente século, alarga-se, porém, a outras dimensões e multiplica-se em inovadoras perspectivas. Nele encontramos obras e autores esperados neste tipo de estudos, como Gil Vicente, Camões, Garrett, Eça, Pessoa, Sophia, Torga, Vasco Graça Moura, mas também outros autores mais (injustamente) esquecidos, ou pelo menos escassamente estudados sob este prisma. Entre os contemporâneos, é o caso de Carlos de Oliveira, Ruben A., Jorge de Sena, Natália Correia, Agustina, Herberto Helder, David Mourão-Ferreira, Saramago, Ruy Belo, Rui Knopfli, Ana Luísa Amaral, ou, entre os mais recuados no tempo, Anrique da Mota, Samuel Usque, João Rodrigues de Sá de Meneses, Francisco de Sá de Miranda, Manuel da Nóbrega, Jorge Ferreira de Vasconcelos, Jerónimo Corte Real, Gabriel Pereira de Castro ou António Dinis da Cruz e

Silva. A reflexão sobre o lugar da retórica clássica em autores de quinhentos esclarece os fundamentos de uma poética relacionada com o ensino dos tratadistas antigos. Dos que nos são mais próximos, são também objecto de análise, no tocante à presença de modelos e motivos clássicos, autores já consagrados como Daniel Faria, Tolentino de Mendonça, Paulo José Miranda ou Gonçalo M. Tavares.

Neste volume, ensaia-se, por outro lado, o alargamento que havíamos proposto a outras literaturas de expressão portuguesa, neste caso a angolana, pela obra de José Eduardo Agualusa. E, ainda que os estudos incidam sobretudo sobre textos literários, abre-se igualmente espaço para investigação fundamental como a que indaga sobre os incunábulo na Biblioteca Nacional de Portugal do poeta Estácio e as vias da sua recepção em Portugal, bem como para a aproximação entre literatura e artes plásticas, por via dos clássicos, como acontece no cotejo entre Eça e Alma-Tadema.

Também neste volume quisemos acolher os leitores com um texto magistral da Professora Maria Helena da Rocha Pereira, figura tutelar do conhecimento dos clássicos e grande impulsionadora dos estudos da recepção desses clássicos na literatura portuguesa.

Quisemos, ainda, guardar memória das intervenções de Hélia Correia, Bárbara Wong e Ana Soares sobre a importância e o eco dos clássicos na literatura juvenil de sua autoria, e, em eco da sessão com escritores que vivem por dentro, nas suas obras, a presença dos modelos greco-latinos, registar o testemunho de Nuno Júdice, Jaime Rocha e Ivone Mendes da Silva.

Na preparação deste volume, empenharam-se, com incedível dedicação, empenho e competência, Rui Carlos Fonseca, Ricardo Nobre e Ana Matafome. As organizadoras do volume mais não podem que manifestar-lhes a sua profunda gratidão.

Sobre o lirismo português do século XVI e a retórica

Rita Marnoto*

Se a imitação é um princípio basilar da produção literária quinhentista, não surgiu, em Portugal, um tratado de retórica ou de poética, escrito em português, susceptível de ser colocado em paralelo com as *Prose della volgar lingua* de Pietro Bembo, pela primeira vez publicado em 1525 e com cerca de vinte reedições até ao final da centúria; com *Le tre fontane sopra la gramatica ed eloquenza di Dante, Petrarca e Boccaccio*, que Nicola Liburnio editou no ano seguinte; com *La poetica* de Gian Giorgio Trissino, publicado em quatro livros no ano de 1529, ao que se acrescentará a versão refeita de 1562; ou com a *Poetica* de Bernardino Daniello, que saiu em 1536.

Estes tratados, de entre tantos outros, oferecem-se como exemplo palmar de uma cultura gramaticalizada, nos termos em que Jurij Lotman define um repertório de regras explícitas. Ora, embora no caso português reflexões sobre a imitação sejam incluídas em cartas ou comentários de vária ordem, trata-se de textos que não contemplam os propósitos de sistematização e completude que são próprios de um tratado.

Tal não obsta a que a tratadística produzida em Portugal tenha oferecido à Europa obras sobejamente reconhecidas no campo da retórica, mas escritas em latim e de cronologia mais avançada no século. Bem o mostra o trabalho de doutoramento de Belmiro Fernandes Pereira, *Retórica e eloquência em Portugal na época do Renascimento*¹. Este

* Universidade de Coimbra: Faculdade de Letras e Colégio das Artes | rmaroto@fl.uc.pt

¹ Recentemente editado (Pereira 2012), com bibliografia actualizada para a qual se remete, de uma vez por todas, quanto ao Humanismo português e ao ensino da Retórica.

estudioso destaca o magistério dos padres da Companhia de Jesus Miguel Venegas e Manuel Álvares, entre outros, valorizando em particular o magistério de Pedro João Perpilhão e de Cipriano Soares. Perpilhão (Elche, 1530-Paris, 1566) faz o noviciado em Coimbra (1551-1553), assumindo um papel de relevo no ensino da retórica, quer no Colégio de Jesus conimbricense, quer no Colégio de Roma. Por sua vez, Cipriano Soares (Ocaña, 1524-Placencia, 1593), igualmente nascido em Espanha e também ele atraído pelo ambiente de Coimbra, chega a esta cidade em 1549, e depois de um périplo por várias escolas a ela regressa em 1555, para reorganizar o ensino da retórica. Foi autor do *De arte rhetorica libri tres ex Aristotele, Cicerone et Quintiliano praecipue de prompti ab eodem Auctore recogniti, et multis in locis locupletati*, editado em 1562 em Coimbra. Reconhecido pela chancela de Perpilhão, que o reviu, teve mais de duzentas edições nos três séculos que se seguiram, entre epitomes, *amplificationes* e comentários. Foi de imediato adoptado em muitos Colégios europeus e a sua inclusão na *Ratio studiorum* de 1599 consagra-o como texto de estudo a ser usado em todos os colégios jesuítas. Trata-se, na verdade, de uma obra de perfil didáctico, assunto a que voltaremos. Também o compêndio de gramática de Manuel Álvares, *De institutione grammatica libri tres*, publicado pela primeira vez em Lisboa em 1572, obteve uma enorme divulgação.

O confronto entre este panorama e a situação italiana, a grande referência da literatura europeia do século XVI, de modo a proporcionar um enquadramento mais amplo, muito poderá contribuir para a sua melhor compreensão. Os tratados acerca da imitação que ao longo do século XVI são escritos em Itália seguem duas grandes direcções, cuja cronologia e cujo teor tende a diferenciar-se, como o mostrou Herman Grosser no fundamental ensaio *La sottigliezza del disputare. Teoria degli stili e teorie dei generi in età rinascimentale e del Tasso*². Essas duas grandes direcções têm por charneira a recepção da *Poética* de Aristóteles. A que precede o seu influxo corresponde, em termos aproximativos, à primeira metade do século, ao passo que a que decorre da assimilação dos seus princípios se estende a partir daí. Na verdade, as primeiras traduções da *Poética* de Aristóteles e a própria edição do original grego, feita por Aldo Manuzio em 1508, tiveram escassos ecos. Será com a tradução latina de Alessandro de' Pazzi (1536), as *Explanationes* de Robortello (1548) e a versão italiana de Segni (1549) que o tratado começa a penetrar no tecido literário italiano, modificando-o. É a partir daí que se processa aquela grande viragem da retórica para a poética que marca a linha de fronteira entre as duas referidas orientações.

² Grosser (1992). O trabalho de Weinberg (1961-1963) continua a ser uma referência essencial. Para uma visão de síntese, Pignatti (s/d).

A primeira privilegia a retórica e segue a tradição latina de Cícero e Quintiliano, bem como Horácio, cujo influxo aliás se situa numa linha de continuidade com antecedentes medievais. Nela se integram os citados tratados de Bembo, Liburnio, Trissino ou Bernardino Daniello. Centra-se sobre assuntos de ordem temática, lexical ou estilística, de modo minucioso. É assim que Pietro Bembo, nas *Prose della volgar lingua*, mais do que elaborar uma teoria organizada em função de categorias, estabelece modelos a partir da análise estilística detalhada de vários passos de um cânone rigorosamente selectivo, conferindo um relevo programático à obra em verso de Francesco Petrarca e à prosa de Giovanni Boccaccio. Por conseguinte, os valores estéticos que proclama baseiam-se numa perspectiva retórica que incide muito particularmente sobre o plano da *elocutio*. Tem por sustentáculo o princípio de imitação, numa prática em cadeia que actualmente designaríamos como interdiscursiva, na qual se reflecte e desdobra a ordem neoplatónica do cosmos.

A segunda orientação alarga-se a questões de poética, passando a ser discutido o sistema dos géneros, geralmente com base na tripartição aristotélica, bem como as características próprias de cada um deles. Concomitantemente, a atenta leitura do pseudo-Demétrio e de Hermógenes interpõe-se como instância mediadora que conduz ao aprofundamento da articulação entre género e modelo estilístico. Desse esforço de integração, resultam a *Retorica* (1560) de Bartolomeo Cavalcanti ou a *Arte poetica* (1563) de Antonio Minturno. São alguns dos momentos proeminentes de um vasto filão, onde se integram também todas as elucubrações dedicadas por Torquato Tasso à caracterização do género épico e ao estilo que nele deve ser utilizado. Para além da apresentação de passos a que é atribuído um valor retórico exemplar, passa a ser acentuada uma vertente teórica que discute e estabelece categorias e normas a observar. Desta feita, a codificação dos géneros ganha contornos muito precisos, que são definidos por regras de composição e desempenham uma função mediadora fundamental para a prática de imitação. Daqui decorre o papel de primeiro plano atribuído à preceituação prescritiva, bem ilustrado pelos derradeiros e atormentados anos da trajectória de Torquato Tasso.

A épica e a tragédia são de facto os géneros que polarizam as atenções deste discurso teórico. Pelo que diz respeito ao lirismo, a sua descrição é tardia. O lirismo erige-se fundamentalmente em prática. Aristóteles não o tratara em termos específicos na *Poética*, privando assim os teorizadores quinhentistas de uma senda pela qual prosseguir. Aliás, Minturno, na sua *Arte poetica* (1563), distingue três tipos de poesia, épica, cênica e mímica, limitando-se porém a definir esta última, em termos muito sumários, como “quella

che col dire in versi e col canto e col ballo insieme vedere si fa e udire”³. Será necessário aguardar pelo ano de 1594 para que saia dos prelos a primeira sistematização orgânica a que o lirismo foi sujeito, o *Trattato della poesia lirica* de Pomponio Torelli.

Se de Itália passarmos a Portugal, logo verificamos que os sinais da recepção da *Poética* de Aristóteles, no século XVI, são discretos. Aníbal Pinto de Castro assume a dificuldade em individuar manifestações evidentes de uma assimilação da codificação normativa propulsionada pela sua difusão, quer no plano das poéticas explícitas, quer no campo das poéticas implícitas, aquelas que são inerentes aos procedimentos que estruturam uma prática literária⁴. Correlativamente, a retórica ganha e preserva o seu espaço, erigindo-se numa espécie de trama que envolve toda a produção lírica desta centúria, numa infiltração que de modo algum é estática. Leva à persecução de níveis de apuramento sempre mais exigentes, num processo gradual, que se estende por toda a centúria, dotado de implicações múltiplas e estruturantes.

Um dos factores que muito contribuiu para essa decisiva incidência prende-se com o lugar de relevo que, em Portugal, a *institutio* reservou a esse domínio disciplinar. Os campos envolvidos são muitos e relacionam-se por elos de interacção, desde as orações protocolares, académicas e sacras, até à organização do sistema de ensino, aos correlatos instrumentos didácticos, às redes de intercâmbio intelectual dos eruditos portugueses entre si e com estrangeiros, ou às leituras privilegiadas.

Esta questão não poderá ser cabalmente entendida à margem da simbiose entre latim e português. Se o latim, juntamente com o grego e o hebraico, era a língua que se estudava nas escolas, bem como a língua veicular de arengas e debates académicos, e a partir de um certo momento também da comunicação *inter pares*, foi neste ambiente de imersão que os poetas da literatura portuguesa do século XVI fizeram a sua formação. O tirocínio na língua de Cícero e Quintiliano não podia deixar de reverter sobre o cultivo da língua vulgar em chave literária.

Considerem-se, a este propósito, três poetas acerca de cuja formação se possuem dados bastantes: António Ferreira, André Falcão de Resende e Pero de Andrade Caminha. António Ferreira, um lídimo representante do espírito da nova época, está de perto ligado à atmosfera conimbricense⁵. Nascido em Lisboa em 1528, chega a Coimbra com 15

³ *Apud* Grosser (1992: 135).

⁴ Apesar de Aquiles Estação citar Robortello, são escassas e ocasionais as referências ao filão aristotélico quinhentista. V. Castro (1976) e Castro (1984).

⁵ V. Roig (1970), a completar com a recensão de Castro (1972-1975).

anos, onde obtém o grau de bacharel em 1551 e o de licenciado em Direito Canónico em 1555, assumindo funções docentes universitárias durante um curto período de tempo. Não chegou a frequentar o Colégio Real das Artes, fundado em 1547, mas a amizade que manteve com dois dos grandes mestres trazidos de França por André de Gouveia, Jorge Buchanan e Diogo de Teive, ao qual dirige a IV epístola do II livro de cartas, bem como a écloga *Tévio*, faz-se sinal de uma ligação intrínseca a esse ambiente. Por sua vez, André Falcão de Resende frequentou a Universidade de Coimbra entre 1548 e 1550⁶. Um ano mais velho do que Ferreira, também ele respirou essa mesma envolvimento cultural. Passou depois à Universidade de Évora, onde fez o bacharelato em Artes, para regressar a Coimbra de 1567 a 1570, tendo obtido os graus de bacharel e de licenciado em Cânones. A preparação pré-universitária e a formação universitária destes dois destacados poetas da literatura portuguesa do século XVI, nos colégios e nas academias do reino, têm por cerne as *litterae humaniores*⁷. Aliás, corresponde a um modelo de formação muito característico do escol português a partir de meados da centúria. O caso de Pero de Andrade Caminha ilustra um outro tipo de formação, não menos sintomática, a que era feita na corte⁸. Também esse ambiente se fazia alfofre de novos modelos pedagógicos, na sequência do projecto que já em finais do século anterior fora encetado por D. João II, ao chamar a Portugal o humanista Cataldo Parísio Sículo para formar a juventude nobre e para renovar a sua chancelaria. Caminha foi fidalgo real e pertenceu à corte dos Bragança. Em Vila Viçosa, recebeu protecção de D. Isabel (filha de D. Jaime, IV duque de Bragança, a qual desposou o infante D. Duarte, filho de D. Manuel) e posteriormente de seu filho, D. Duarte, bem como de D. Teodósio II (bisneto de D. Manuel que foi VII duque de Bragança). Não há notícia de que tenha frequentado a Universidade, pelo que na sua formação se espelha a *paideia* e o clima cultural dessas duas cortes, a do Paço da Ribeira e a de Vila Viçosa. A forma como incorpora autores antigos na sua obra indicia que, além da língua latina, conhecia também a grega.

A recepção do Humanismo italiano do século XV pelo tecido cultural português anda vinculada, desde os seus primórdios, à retórica. Esta questão envolve um quadro histórico muito denso e sobejamente estudado, que neste trabalho não podemos referir senão nos seus pontos de sùmula. O desenvolvimento quatrocentista dos grandes centros

⁶ Informações sobre a sua biografia em Ramalho (1988) e Spaggiari (2009: vol. 1, 23-29).

⁷ Apesar de não se possuírem dados documentais acerca da formação de Luís de Camões, Américo da Costa Ramalho aproxima-a, paralelamente, do modelo pedagógico praticado em Coimbra. V. Ramalho (2000).

⁸ A sua biografia foi estudada em Roig e Caeiro (1982). V. também Anastácio em Caminha (1998: vol. 1, 1-9), e apêndice documental (pp. 687-753).

intelectuais italianos fora precedido por aquele *primo Umanesimo* do século XIV que se afirmou nos círculos de Pádua e a seguir teve por figuras de proa Francesco Petrarca e Giovanni Boccaccio. Esta fase pioneira na introdução da problemática ciceroniana não encontra correspondente no Humanismo português, mais directamente vinculado aos avanços que se processaram em Itália no século XV. A política portuguesa de enquadramento europeu estava então em franca evolução, e a Itália, com Roma, era o grande centro de elaboração intelectual ao qual toda a cristandade se encontrava ligada. Os estímulos dele recebidos são sorvidos com uma avidez extraordinária, potenciada pelo desenvolvimento orgânico verificado em campos que vão das letras às artes plásticas, à construção arquitectónica e à navegação, sob a tutela de um poder régio sempre muito atento. Se, por um lado, a retórica era um dos campos em que com mais imediata evidência se fazia sentir o descentramento da situação portuguesa, por outro lado, para uma cultura afastada dos grandes fulcros do Humanismo, era também aquele que mais directamente podia contribuir para uma aproximação emuladora, através da aplicação à própria *littera*. Mas neste complexo quadro histórico um outro incentivo se oferecia, quase como necessidade: um espectro de alcance prático vastíssimo, que implicava afinal as grandes linhas da política dinástica de Avis, entre formação intelectual, edificação religiosa, organização das chancelarias, navegações e contactos europeus. Quando o plano para o envio de bolseiros estabelecido por D. João III se orienta para França e para outras latitudes mais a norte, essa direcção parece reforçar-se, na medida em que esses grandes focos de elaboração intelectual tomavam por modelo e desenvolviam o Humanismo italiano do século XV e o ciceronianismo.

Na verdade, ao longo de todo o século XVI, a retórica sempre foi um domínio ao qual o ensino dispensou um largo espaço. As orações inaugurais pronunciadas no Estudo Geral de Lisboa, por D. Pedro de Meneses, em 1504, por André de Resende, em 1534, e por Jerónimo Cardoso, em 1536, são testemunho do lugar que lhe ia sendo atribuído, em diversos momentos temporais e em conformidade com circunstâncias académicas também elas em evolução. Mesmo antes de ser uma matéria de ensino autónoma, adquiriu um grau de hegemonia tal que infiltrou campos já sedimentados, o que reverteu numa retoricização da gramática e da dialéctica. Insere-se assim num horizonte *pulviscular*, retomando um conceito de Italo Calvino que se aplica muito bem a esta situação. É afinal herdeiro e repõe aquele quadro geral do saber que era a *enkyklios paideia* do Humanismo italiano do século XV, e que em Portugal está destinado a perdurar. Manuais escolares e sebatas mostram como a ordem da retórica é transferida para o domínio da gramática e da dialéctica, plasmando o seu ensino. Já a famosa gramática

latina de Estêvão Cavaleiro, *Mariae Virginis ars* (1516), muito utilizada nas escolas, era um claro reflexo da vinculação retórica do Humanismo português, nos seus primórdios. Na década de 1530, com o magistério dos colégios de S. Paulo, em Braga, de Penha Longa e Santa Marinha da Costa, em Guimarães, com a reforma de Santa Cruz de Coimbra pelo jerónimo frei Brás de Barros e com a reestruturação e a transferência da Universidade para esta mesma cidade, a retórica ganha um espaço curricular próprio nos planos de estudos. A este fundamental vector da sua instituição como matéria de ensino autónoma acrescem afinal precedentes *pulvisculares* sedimentados, o que cria condições de enraizamento muito favoráveis.

Os programas do Colégio das Artes, na senda da tradição do Humanismo italiano, reforçaram a importância dessa matéria, estipulando o estudo de Cícero e de Demóstenes. Da mesma feita, é no seu seio que são dados passos decisivos na recepção de Aristóteles. Esse Aristóteles, porém, mais do que o autor da *Poética*, é o da lógica, dos tópicos e da retórica. Um dos grandes mediadores dessa aproximação foi Nicolas de Grouchy. Mestre de dialéctica no Colégio de Guyenne, em Bordeaux, onde teve por aluno Montaigne, Grouchy destacou-se como tradutor de Aristóteles para latim, em fascículos que já em Coimbra colocou à disposição dos seus alunos, numa íntima relação com a didáctica. Essa orientação para o ensino não só se manteve, como se viu reforçada, quando em 1555 o Colégio foi entregue à Companhia de Jesus. É sobre este pano de fundo que Cipriano Soares elabora o *De arte rhetorica*. Assim se compreende que o tratado de retórica sofra uma deslocação para o campo do manual.

O estudo da retórica sempre se fizera com base na *exercitatio*. O ensino da Companhia reforça, porém, essa prática, ao adestrar os alunos no domínio de técnicas de *elocutio* abertas a situações pragmáticas bastante diversas. São aplicadas aos vários tipos de oratória, à elucubração teórica e ao debate, com um interesse programático por estratégias de *captatio* e persuasão. A eficácia visada previa um investimento situacional que conferia a essas técnicas um alto grau de flexibilidade, no objectivo de persuadir e converter. Ora, a *enkyklios paideia* do Humanismo italiano do século XV continuava a ser uma forte base de sustentação dessa maleabilidade.

Como tal, Aníbal Pinto de Castro não hesita em responsabilizar a centralidade que a retórica assim adquire pelo cerceamento das possibilidades quer da elaboração de outros desenvolvimentos teóricos, quer do conhecimento da tratadística italiana que ia sendo produzida⁹. Ou, se quisermos colocar a questão de um outro modo: as letras

⁹ Castro (2008: 13-81).

portuguesas não sentiram necessidade de preencher de forma orgânica esse espaço prescritivo que codificava o sistema dos géneros e a articulação de cada um deles com um estilo específico. Na verdade, os desenvolvimentos teóricos falhados a que esse crítico se refere correspondem, nos termos acima expostos, à escassa recepção daquela orientação no domínio da poética, que em Itália marca a segunda metade do século XVI e que desenvolve as premissas do Aristóteles da *Poética*, explorando a relação entre géneros e estilos. Num contexto europeu, os seus seguidores mais representativos são os que seguem o filão aristotélico.

Esta situação terá um forte impacto sobre os rumos do lirismo português quinhentista, no que toca ao relevo assumido por questões de retórica e de estilo; ao valor modelar preponderante de Petrarca e dos petrarquistas; à não existência de um tratado de retórica em português, bem como ao papel de guia atribuído a Horácio.

O privilégio de uma concepção técnica do trabalho literário, que aliás é extensiva a todos os géneros, aliada a um tirocínio afincado, faz da perfeição formal um dos grandes objectivos a atingir, o que destaca o plano da *elocutio*. Terreno polarizador e de grande atracção, essa prática sobrepõe-se a eventuais interesses por uma discussão acerca da poesia, pela elaboração de um pensamento acerca de assuntos literários, ou pelo aprofundamento de questões de poética relativas aos vários géneros. Por sua vez, numa situação que mantém muitas semelhanças com o Humanismo italiano, perpetua-se um conhecimento enciclopédico de cariz histórico, civil e estético, a que não raro se acrescentam implicações religiosas e mesmo transcendentais. A prática de composição é pois entendida como acto integrante daquela esfera global que absorbe todo o processo de criação, numa concepção que muito deve ao neoplatonismo, e que encontra um fundamental esteio na segurança oferecida, no domínio hermenêutico, por uma cadeia de desdobramentos em paralelo. Nesse plano, o grande modelo é Petrarca¹⁰.

Se a produção teórica acerca do lirismo é tardia, a atracção despertada pelo Cancioneiro interpõe uma instância que se oferece como modelo a ser seguido e directamente imitado. Por conseguinte, o lirismo português do século XVI configura-se essencialmente como uma cultura textualizada em que, à função-guia desempenhada pelo Cancioneiro de Petrarca, se acrescenta a dos petrarquistas italianos e espanhóis, em associação com os poetas elegíacos latinos.

¹⁰ Marnoto (1997).

A inexistência de um tratado em português de forma alguma colide com a leitura atenta dos escritos teóricos de Bembo, da *Epistula ad Pisones* de Horácio, de Cícero e dos grandes mestres que faziam parte dos programas das escolas. Na verdade, a apologia das directrizes por estes autores enunciadas é exposta de forma disseminada em textos de correspondência dotados de forte investimento pragmático, mas que, além de serem desprovidos de intuítos de organização categorial, não têm objectivos de sistematicidade.

A *Epistula ad Pisones* de Horácio presta-se a aplicações práticas que já na baixa Idade Média eram exploradas pelos seus comentadores e integradas no tirocínio escolar. Essa linha interpretativa, com o seu correlato uso didáctico, teve outros desenvolvimentos quando humanistas da craveira de Cristoforo Landino e de Ascensio Badio anotaram o seu texto, nas edições de 1482 e de 1500, respectivamente. Os grandes vectores da leitura por eles operada correspondem aos que orientam a referida correspondência entre os poetas portugueses do século XVI: o primor da *elocutio*, a adequação do estilo ao conteúdo, a valorização das expectativas do público, a função formativa da poesia e o deleite que lhe anda associado.

De entre eles, António Ferreira será, sem dúvida, aquele que mais efusivamente manifesta a sua admiração por Horácio, o “grã Flaco”, “de bons engenhos mestre artificioso”, “(...) o meu Horácio, a quem obedeço”¹¹. O nome de Ferreira, juntamente com o de Pero de Andrade Caminha, de Diogo Bernardes e de outros poetas cuja obra não é tão conhecida, ganham relevo, justamente, enquanto membros de um círculo de homens de letras que privilegia a função modelar dos princípios horacianos. São duas as cartas nas quais António Ferreira aconselha os interlocutores a seguirem esses preceitos, a VIII do I livro, dirigida a Andrade Caminha, e a XII do mesmo livro, a Diogo Bernardes. Pelo que diz respeito a Caminha, merece especial referência a carta a Francisco de Andrade. De Diogo Bernardes, podem-se também recordar a I e a II, dirigidas a Sá de Miranda e a António Ferreira, respectivamente, embora neste caso a técnica do trabalho poético não seja apresentada com o detalhe da carta que Ferreira dirige ao próprio Bernardes, ou da que Caminha envia a Francisco de Andrade. O caso de André Falcão de Resende é muito significativo, na medida em que o tributo da sua homenagem a Horácio reverte em prática translativa. Traduz 34 odes de Horácio, em versões que se contam de entre as mais belas da literatura portuguesa.

¹¹ Carta 1. 8, 106, Ferreira (2000: 282); Carta 1. 8, 95, Ferreira (2000: 282); Carta 2. 12, 21, Ferreira (2000: 366).

A imitação dos grandes autores, a adopção de boas regras, a clareza e a pureza da linguagem, a concisão, o decoro, o equilíbrio entre tradição e inovação, entre forma e conteúdo ou entre preceituação e espontaneidade criativa são algumas das ideias-mestras advogadas nos seus versos, através de um discurso que visa sempre uma harmonia conciliadora. O grande objectivo em causa é o alcance da perfeição formal, com o apuramento da técnica compositiva. Apoia-se em grandes máximas que fazem a apologia do trabalho estilístico, e quase decalcam preceitos que poderiam ser de Horácio, Cícero ou Quintiliano: "(...) estudo e tempo e lima"¹², "doutrina, arte, trabalho, tempo, e lima", "juízo e lima"¹³.

O acolhimento dos grandes princípios decorrentes das doutrinas estilísticas e retóricas parece, pois, suficiente para guiar a prática compositiva. Trata-se, na verdade, de orientações muito gerais, que não estabelecem categorias classificatórias rígidas, nem ostentam um carácter vincadamente impositivo, mas muito facilmente se moldam à diversidade do uso. Ganham, pois, um alcance vincadamente empírico, que reverte para uma prática poética dotada de um elevado e indiscutível grau de perícia retórica.

É bastante ampla a margem de liberdade deixada à modelação do padrão dominante do lirismo português quinhentista, o petrarquista, ou à imitação, que dela é incindível, dos poetas elegíacos da Antiguidade e da poesia latina renascentista. A ausência de uma prescrição rígida dá lugar a uma imitação que muito facilmente concilia a observância da regra, num plano global, com a sua aplicação de modo flexível, deixando largo espaço para opções de vária ordem e para a intersecção com outros códigos literários de incidência epocal. Daí decorre uma prática aberta à *contaminatio*, o que confere ao lirismo português do século XVI, considerado num quadro europeu, uma especificidade muito vinculada.

Num artigo recentemente editado, Aguiar e Silva¹⁴, o introdutor, com Jorge de Sena, do conceito de maneirismo no panorama crítico português, leva a cabo uma *revisitação* deste conceito, interrogando-se sobre a sua abrangência, na senda das posições exploradas por *Amedeo Quondam* e por outros estudiosos de renome. Há que admitir a inexistência de uma diferenciação de vectores estruturais suficientemente significativa para que o maneirismo institua um período literário autónomo¹⁵. Em relação ao Renascimento, o princípio de imitação continua a ser a pedra basilar do trabalho literário, e também a matriz dos modelos privilegiados se mantém.

¹² Caminha (1997: II 32, 8, p. 985).

¹³ Ferreira (2000) Carta 1. 8, 157, p. 284; Carta 1. 12, 56, p. 305.

¹⁴ Silva (2012).

¹⁵ Quondam (1999). Para uma perspectiva das questões suscitadas por este assunto, v. Barilli (2004).

A recuperação que é levada a cabo de vários elementos formais e dos conteúdos próprios da baixa Idade Média levou alguns críticos, de entre os quais se destaca Georg Weise, a sublinhar a presença de elementos tardo-medievais, como um dos traços caracterizadores do maneirismo¹⁶. Uma tal confluência só poderá ser obviamente entendida em função dos *corsi e ricorsi* da história, que não se repete, como o mostrou Vico, mas avança por círculos. Note-se que a fase final de cada período tende a acentuar o grau de elaboração das marcas que o caracterizam, intensificando-as. Assim acontece também com o Barroco ou com o Romantismo.

Ora, no caso do Renascimento, o maneirismo assinalaria uma evolução no seio desse mesmo período que acentuaria as características formais do estilo utilizado: “Maneirismo è in prima linea un fenomeno di indole stilistica e l’espressione di un determinato gusto estetico”, escreve Georg Weise¹⁷.

Por conseguinte, o lugar ocupado pela retórica, no lirismo português do século XVI, corrobora o virtuosismo de uma poesia que se distingue pela sua destreza, num aprimoramento crescente que vai sendo afinado à medida que o século avança. A superação de uma etapa teórica e de questões de poética revertem pois para essa prática da *maniera*.

Bibliografia

- Barilli, Renato (2004). *Maniera moderna e manierismo*. Milano: Feltrinelli.
- Bernardes, Diogo (1596). *O Lima [...] em o qual se contem as suas eglogas & cartas*. Lisboa: Simão Lopes.
- Caminha, Pero de Andrade (1998). *Visões de glória (uma introdução à poesia de Pêro de Andrade Caminha)*, ed. Vanda Anastácio. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica, 2 vols.
- Castro, Aníbal Pinto de (1972-1975). Rec. a Roig, Adrien (1970). *António Ferreira. Études sur sa vie et son oeuvre (1528-1569)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português. *Revista de História Literária de Portugal*, 4, pp. 415-419.
- (1976). “Aquiles Estaço, o primeiro comentador português da *Arte poética* de Horácio”. *Arquivos do Centro Cultural Português*, 10, pp. 83-102.
- (1984). “La poétique et la rhétorique dans la pédagogie et dans la littérature de l’Humanisme portugais”. In *L’Humanisme Portugais et l’Europe. Actes du XXI Colloque International d’Etudes Humanistes, Tours, 1978*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, pp. 699-721.
- (2008). *Retórica e teorização literária em Portugal. Do Humanismo ao Neoclassicismo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda [Originalmente (1973). Coimbra: Centro de Estudos Românicos].
- Ferreira, António (2000). *Poemas lusitanos*, ed. T. F. Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

¹⁶ Weise (1976).

¹⁷ Weise (1976: 244).

- Grosser, Herman (1992). *La sottigliezza del disputare. Teoria degli stili e teorie dei generi in età rinascimentale e del Tasso*. Firenze: La Nuova Italia.
- Marnoto, Rita (1997). *O petrarquismo português do Renascimento e do Maneirismo*. Coimbra: Acta Universitatis.
- Pereira, Belmiro Fernandes (2012). *Retórica e eloquência em Portugal na época do Renascimento*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Pignatti, Franco (s/d). "Limitazione nel Quattrocento e nel Cinquecento". In *Italica Rai Internazionale*. Disponível em <http://www.italica.rai.it/monografie/rinascimento/> (Março de 2014).
- Quondam, Amedeo (1999). *Rinascimento e Classicismo. Materiali per l'analisi del sistema culturale di Antico regime*. Roma: Bulzoni.
- Ramalho, Américo da Costa (1988). *O essencial sobre André Falcão de Resende*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- (2000). "Sobre a cultura de Camões". *História do Humanismo em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. 4, pp. 135-139 [Originalmente (1979). *Colóquio. Letras*. 47, pp. 70-73].
- Resende, André Falcão de (2009). *Obras*, ed. Barbara Spaggiari. Lisboa: Colibri, 2 vols.
- Roig, Adrien (1970). *António Ferreira. Études sur sa vie et son oeuvre (1528-1569)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português.
- Roig, Adrien e Olívio Caeiro (1982). *Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Pedro de Andrade Caminha. Subsídios para o estudo da sua vida e obra*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Sena, Jorge de (1980). *Trinta anos de Camões 1948-1978 (estudos camonianos e correlatos)*. Lisboa: Edições 70 [vol. I], cap. II [originalmente escrito em 1964].
- Silva, Vítor Aguiar e (2012). "Para a revisão do conceito de Maneirismo". In *Camões e os Contemporâneos*, ed. Maria do Céu Fraga, et alii. Braga: Centro Universitário de Estudos Camonianos, Universidade dos Açores, Universidade Católica Portuguesa, pp. 19-33.
- Weinberg, Bernard (1961-1963). *A History of Literary Criticism in the Italian Renaissance*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 3 vols.
- Weise, Georg (1976). *Manierismo e letteratura*. Firenze: Olschki.